

# Diz aí, Economista!

*Rafael Moraes*



Professor no Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social, ambos da Universidade Federal do Espírito Santo.

---

**1. Professor, ao pensarmos em escravidão, é muito comum vir a nossa mente as imagens do período colonial, em que os negros eram explorados e tratados como mercadorias. Em que o trabalho escravo contemporâneo se assemelha e se diferencia da escravidão colonial tão presente no nosso imaginário?**

A diferença mais óbvia da escravidão contemporânea frente à escravidão colonial é sua ilegalidade formal. Por mais que a fiscalização nem sempre seja eficiente em combatê-la, diferente do período colonial e imperial, hoje o trabalho escravo é inconstitucional. Formalmente, manter trabalhadores sob regime de escravidão, hoje, é um crime. Quanto às semelhanças da escravidão contemporânea com a escravidão colonial, eu creio que a principal delas seja a sua

funcionalidade ao sistema predominante – ao capitalismo. A escravidão colonial, como mostrou Fernando Novais, dentre outros, em grande medida financiou todo o aparato que redundaria na Revolução Industrial, sendo elemento central na formação do capitalismo industrial. A extração da prata, do ouro, as riquezas geradas com a produção de açúcar e de café, que passou por Espanha em Portugal e chegou até a Inglaterra, financiou o desenvolvimento que redundou no capitalismo, como conhecemos hoje. Da mesma forma, a escravidão contemporânea não está desconectada do capitalismo moderno. Não é à toa que a escravidão moderna se concentra exatamente nos setores principais da economia dos países periféricos, como o setor agrícola e o setor extrativista mineral, cuja maior parte da produção é exportada. Outra semelhança entre a escravidão contemporânea e a escravidão colonial está na questão racial. Negros e indígenas seguem sendo os sujeitos escravizados hoje, como foram no passado. Essa superexploração do trabalho, legitimada por uma ideologia que hierarquiza racialmente a humanidade, está na raiz do que Aníbal Quijano denomina colonialidade, que nada mais é que a continuidade dos pilares da colonização da América no período atual. O próprio conceito de raça, como conhecemos hoje, remonta ao início da modernidade e à colonização das Américas. O contato com o “outro” no contexto da formação

de um mercado mundial, como nunca experimentado, levou os europeus a construção dessa hierarquização racial, na qual negros e indígenas são apresentados como inferiores aos “brancos europeus”. Essa construção ideológica legitimou a escravidão colonial e segue legitimando a superexploração do trabalho e o genocídio de “não brancos” em todo o mundo.

**2. Como todos sabemos, a escravização, em termos jurídico-legais, foi abolida no Brasil por meio da Lei Áurea, em maio de 1888. O jornalista Leonardo Sakamoto, referência internacional em escravidão contemporânea, caracteriza esse momento como abolição incompleta, por causa da falta de apoio da sociedade aos ex-escravizados. Em que grau a ausência de políticas de inclusão contribuiu para o surgimento das novas formas de escravização?**

Creio que essa resposta deve começar por uma revisão dessa ideia corrente sobre a Lei Áurea. Aprendemos no ensino médio, e às vezes até na universidade, que a Lei Áurea libertou os escravizados no Brasil, e daí vem essa ideia de que no momento seguinte não teria havido uma política de indenização, de inclusão desses negros recém-libertos. Mas, quando vamos estudar o que acontece com a população negra no Brasil, nos deparamos com o seguinte dado: em 1888, no momento da abolição, a população brasileira era de aproximadamente 14 milhões de pessoas, das quais mais da metade eram negros. Os escravizados, contudo, às vésperas da abolição, eram aproximadamente 700 mil indivíduos. Em torno de 10% da população negra, então, foi de fato liberta pela Lei Áurea.

Mais de 6 milhões de negros, que já eram livres no momento da lei, viviam em sua maioria à margem dos setores mais dinâmicos da economia, em geral produzindo para sua subsistência. Geograficamente, sabe-se que essa população se concentrava no interior dos estados da região Nordeste e Minas Gerais, além das regiões cafeeiras do Vale do Paraíba. Constituíam, portanto, uma população marginal ao sistema escravista, na medida que vão ficando para trás, quando acontece o deslocamento do eixo dinâmico da economia açucareira nordestina para a economia mineradora em Minas Gerais e, depois, para a produção do café no Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa população vai alcançado sua liberdade muito antes da legislação abolicionista, por diversos meios, como fugas, alforrias compradas ou concedidas, e diversas outras forças de ação dos próprios escravizados, mas fica à margem do sistema econômico, vivendo de subsistência. Quando, na segunda metade do século XIX, se inicia o processo de adoção do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo, não será essa a população ocupada. Nesse contexto, o que acontece é uma grande pressão dos produtores de café para que o Estado financie a vinda de imigrantes brancos para a lavoura de café. Algo em torno de 2 milhões de europeus entram no Brasil nesse período, entre o final do século XIX e a década de 30 do século XX, ocupando postos de trabalho livre tanto nas fazendas de café, quanto nas cidades, principalmente na cidade de São Paulo. Então, aquela enorme população, predominantemente negra, que vivia à margem, produzindo para subsistência, continuará como uma população marginal, com enormes

dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Esse cenário torna-se ainda mais precário quando essa população é expulsa da zona rural, seja pelo avanço das relações mercantis no campo ou pelas questões climáticas, e migra para as cidades. Excluídos e marginalizados, esses indivíduos não encontram meios de inserção no mercado de trabalho, são criminalizados, expulsos do centro das cidades por políticas higienistas e reformas urbanas e ocupam as encostas de morros e os subúrbios das grandes cidades. Voltando, então, à pergunta de vocês, mais do que a ausência de apoio à integração dos negros na sociedade moderna, o que há é uma política de extermínio dessa população, que na medida que vai se libertando da escravidão, vai sendo excluída e marginalizada da sociedade no campo e na cidade.

**3. Desde 2017, o Brasil reverteu a tendência de queda no número de registros de trabalhadores resgatados, saindo de 648 trabalhadores registrados em situação análoga à escravidão para 2.481 pessoas em 2022. Em sua visão, o que explicaria esse expressivo aumento? Isso pode ter relação com as próprias mudanças de governo, com uma nova postura de fiscalização?**

Se temos um governo mais comprometido com o reforço das estruturas estatais de fiscalização, é provável que tenhamos um número maior de trabalhadores libertos. Em contraponto, em uma situação em que haja um governo que desarticule e desmobilize as estruturas estatais, em nome de um pretense apoio ao agronegócio, os números de ações e registros devem cair. Mas,

por outro lado, eu penso que o que melhor nos ajuda a entender esse aumento no número de registros de trabalho escravo nos últimos anos passa mais pela crise econômica que a gente vive do que por um aumento ou uma redução na fiscalização. Para entender isso, é preciso voltar outra vez à história. Vejam, se mesmo no auge de nosso processo de desenvolvimento, com a industrialização capitaneada pelo Estado, entre 1930 e 1980, que, em tese, permitiu um aumento da renda e do emprego formal, uma grande parte da população ficou de fora das possibilidades ofertadas. Imagine o que acontece com essa população no contexto de crise prolongada que vivemos hoje. Um exemplo disso que estou falando pode ser visto no livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus, que foi escrito no formato de um diário e vai narrando as condições de vida e de trabalho bastante precários da autora, uma catadora de papel e moradora da favela Canindé, no município de São Paulo. No livro, a autora relata todas as dificuldades que passa com a fome, as limitações na criação dos seus filhos e a precariedade de seu trabalho. Agora, vejam quando e onde esse livro foi escrito. Em São Paulo, a cidade mais rica do país, no final dos anos 1950, em pleno governo JK – no auge do desenvolvimento econômico industrial brasileiro. Quando olhamos para uma parcela significativa da população, ali representada por Carolina Maria de Jesus, a gente vê que essa população não estava integrada, não estava conseguindo se colocar no mercado de trabalho formal, mesmo naquele contexto. Essas pessoas, que não se tornaram operários e operárias da indústria, tinham que sobreviver por meio de diversas

formas de bicos, de trabalhos precários e sazonais, se submetendo, muitas vezes, a toda sorte de desmandos e exploração. Se era assim em plenos anos 1950, imaginem da década de 1980 para cá. Imaginem após a crise dos anos 2015/2016. Essa parcela considerável da população, que está sempre enfrentando obstáculos estruturais para se inserir no mercado de trabalho formal e, portanto, tendo que viver em condições de subemprego, condições miseráveis, sub-humanas, acaba necessitando aceitar tipos de trabalho que beiram ou, em alguns casos, se concretizam na forma de escravidão. Então, eu penso que, na verdade, é muito mais uma questão material/estrutural que explica o aumento do subemprego e, conseqüentemente, da escravidão no Brasil hoje, do que a questão do aumento ou da redução da fiscalização.

**4. Segundo o Portal da Inspeção do Trabalho, a maior parte dos trabalhadores resgatados são naturais de Minas Gerais, Maranhão, Bahia e Piauí, respectivamente. Importante ressaltar que os três estados nordestinos citados estão entre as federações com os piores índices sociais e econômicos do país. Como você interpreta essa aparente relação entre pobreza e escravidão?**

É mais que uma relação com a pobreza. O que explica o destaque negativo desses estados é a condição marginal de grande parte da população frente a nossa organização econômica e social. É uma superpopulação relativa, que se concentra em grande medida nestes estados citados, além das periferias das grandes cidades. Agora, para entendermos por que os estados da região

Nordeste concentram esses grandes bolsões de pobreza, também precisamos remontar a nossa formação econômica. Quando olhamos para o processo de colonização, notamos que ele começa exatamente por onde é hoje a região Nordeste do país. É ali, entre Salvador e Recife, que se inicia a ocupação do território pelos portugueses, uma colonização que se dá, eminentemente, a partir da extração – da exploração – de nossas riquezas, por meio do trabalho escravo. O que acontece a partir dessa organização social, cujo único objetivo era produzir e extrair riquezas para serem vendidas na Europa, é a criação de uma economia meramente reflexa, agroexportadora. Ao lado dessa economia reflexa, exportadora, se constitui um agrupamento populacional que, em um primeiro momento, se dedica à atividade pecuária, que se infiltra paulatinamente no interior do território. Na medida que a economia açucareira entra em declínio, essa população se volta para a subsistência. Essa população não diminui, mesmo sofrendo com as intempéries climáticas. Ao contrário, ela vai sendo abastecida pelos excluídos da produção aurífera em Minas Gerais. Já no final do século XIX, esse grande bolsão populacional deu origem a uma tragédia humana. Enormes convulsões sociais alimentadas pela fome, pela seca, pela exploração, como vemos diversos filmes produzidos nos anos 60 e 70, como “Vidas Secas” e “Deus e o diabo na Terra do Sol”. Canudos, o Cangaço e os milhares de refugiados da seca refletem exatamente como esse nome bolsão populacional, vivendo de subsistência no interior dos estados da região Nordeste e no norte de Minas Gerais, é pressionado pela questão

climática, pelo avanço da fronteira agrícola e do capitalismo, e não vai ter outra condição de sobrevivência senão uma fuga desenfreada para os centros urbanos de Fortaleza, Recife e Salvador, ou mesmo Rio e São Paulo. Essas cidades, contudo, tampouco reúnem condições de receber e inserir essas pessoas em atividades formais, o que faz com que esse nome bolsão populacional esteja ali à disposição do capital, nos diversos núcleos de desenvolvimento que vão surgindo em todo o território nacional. Quando ocorre o crescimento da extração da borracha na região Norte do país, há uma enorme migração de nordestinos para trabalhar na extração de borracha; quando temos o crescimento da atividade portuária no Rio de Janeiro no início do século XX, há grande fluxo migratório de nordestinos para trabalhar nos portos. Depois, quando se iniciou o desenvolvimento da cidade de São Paulo, principalmente da indústria imobiliária e da construção civil, assistimos ao novo ciclo de migração de nordestinos para a cidade de São Paulo; o mesmo na década de 1950, com a construção de Brasília. Ou seja, existe um enorme bolsão constituído por pessoas que não encontram inserção no mercado de trabalho e vivem procurando ocupação, por mais precária que seja, exatamente porque precisam de alguma renda para sobreviver. Quando chega alguém com uma proposta mirabolante de levá-los para trabalhar numa vinícola do Sul, em uma mina de carvão no Norte, uma indústria no Sudeste ou qualquer outra proposta, estas pessoas, vulneráveis, acabando entrando em ciladas que redundam em relações típicas de escravidão. Não é uma questão de escolha, elas precisam de

alguma fonte de renda para sobreviver, para ajudar suas famílias, o que as fazem presas fáceis para esse tipo de escravocrata moderno